

Deloitte.



**Concessionária Rodovias do
Tietê S.A.**

Relatório Mensal de Atividades
Fevereiro de 2020

Contato

Tel.: + 55 (11) 5186-6080

Deloitte

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Salto

Dr. Claudio Campos da Silva

Avenida Dom Pedro II, 261 - Centro - CEP 13320-240, Salto - SP

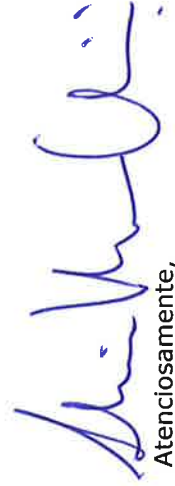
Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1240
4º ao 12º andares - Golden
Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Tel +55 (11) 5186-1000
Fax +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

Em consonância com o disposto na alínea "c", inciso II, do artigo 22 da Lei nº 11.101/2005, submetemos à apreciação de V. Exa. o Relatório Mensal de Atividades ("RMA"), referente ao mês de janeiro de 2020, da empresa **Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**, denominada "Rodovias do Tietê", "Recuperanda", "Companhia" ou "Empresa".

As observações apresentadas neste RMA baseiam-se no entendimento sobre as operações relevantes efetuadas pela Recuperanda, por meio de procedimentos analíticos e discussões com a Administração sobre as informações contábeis auditadas para o período intermediário encerrado em 30 de setembro de 2019, e informações financeiras e operacionais referente ao mês de dezembro de 2019, sendo a Administração das Recuperandas responsável por suas informações financeiras.

Este RMA reúne e sintetiza informações e dados que foram fornecidos à Administradora Judicial pelas Recuperandas e deve ser lido em conjunto com a Avaliação Prévia datada de 09 de dezembro de 2019 e atualizações subsequentes.

Permanecemos à disposição de V.Exa. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, subscrevemo-nos.



Atenciosamente,










Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

Administradora Judicial

Luis Vasco Elias

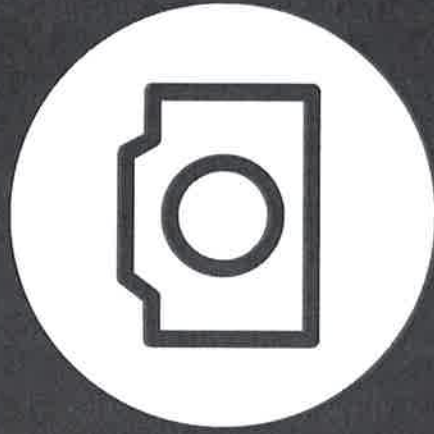
Sócio



	Índice	2
	Sumário executivo	3
	Rodovias do Tietê	5
	A Concessão	7
	Destaques operacionais	9
	Destaques financeiros	13
	Recuperação Judicial	18
	Glossário	21
	Anexos	23



Sumário executivo



Sumário executivo



Assunto

Observações

Aspectos operacionais

Nos últimos 12 meses, o tráfego médio nos trechos concedidos de rodovias foi de 2.272 mil veículos por mês, não apresentando variação expressiva no período.

A Concessionária Rodovias do Tietê possui controle de nove praças de pedágio nas rodovias concedidas, das quais três - Agudos, Areiópolis e Botucatu - registraram 62% do tráfego total.

Funcionários

No mês de dezembro de 2019, a Recuperanda contava com 417 colaboradores em seu quadro, reduzindo em 4% quando comparado a janeiro do mesmo ano.

Fluxo de caixa

Em dezembro de 2019 houve consumo de R\$3,4 milhões do caixa da Companhia, causado, principalmente, pelos gastos com operações de conservação e melhorias. Apesar disso, o saldo final de caixa da Companhia ficou R\$623 mil acima do projetado para o período em análise.

Demonstrações financeiras

Os resultados de 2019 não foram publicados pela Auditoria Independente da Recuperanda até o fechamento deste relatório.

Andamento processual

O Edital da Recuperanda com a lista de credores (art. 52, § 1º, da Lei 11.101/05) foi publicado no dia 21 de janeiro de 2020. O prazo para entrega das habilitações e divergências se encerrou em 5 de fevereiro de 2020. O prazo para apresentação do edital da Administradora Judicial é dia 23 de março de 2020.



Rodovias do Tietê

Informações gerais

6



Rodovias do Tietê

Informações gerais

Desde 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê possui a concessão de 415 km de rodovias, responsáveis por interligar as regiões sudeste e centro-oeste do estado de São Paulo

Informações gerais

Histórico da Companhia

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A., concessionária de serviço público que iniciou suas atividades em 2009 após a assinatura do Contrato de Concessão Rodoviária com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, é responsável por administrar 415 Km de estradas que servem às regiões Sudeste e Centro-Oeste do Estado de São Paulo, nas quais trafegam, em média, 26 milhões de veículos por ano. Sua responsabilidade compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação das rodovias.

Informações sobre o Contrato de Concessão

Assinatura do Contrato de Concessão (Edital de convocação 005/2008): 23 de abril de 2009

Duração: 30 anos (até abril de 2039)

Investimento total: R\$1,3 bilhão

Propósitos da concessão: Operação e manutenção da rodovia Marechal Rondon – Corredor Leste, que conta com 9 praças de pedágio e compreende as seguintes rodovias; SP-101, SP-113, SP-308, SP-300, SP- 209 e SPI-162/308.

Extensão: 415 km que interligam mais de 25 municípios do estado de São Paulo.

Agência regulatória: Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

Informações sobre a Companhia

Informações societárias e operacionais

As informações aqui relatadas foram fornecidas pela Administração. O quadro abaixo reporta, resumidamente, as principais alterações societárias e operacionais que impactaram a Companhia no período em análise. Para maiores detalhes, as informações estão apresentadas no anexo deste relatório.

Pontos	Observações
Estrutura societária	No mês de dezembro de 2019, não foram registradas mudanças na estrutura societária da Empresa, tais como: aportes de capital, investimentos em outras empresas/sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social da Recuperanda.
Quadro de administradores	O quadro de administradores da Recuperanda permaneceu inalterado no período em análise.
Administração	A Administração da Empresa continua a ser exercida pelo Diretor Presidente Emerson Luiz Bittar e pelo Diretor de Relações com Investidores Nuno Felipe Nogueira Alves Coelho.



A Concessão

Visão geral

8



A Concessão

Visão geral

A ARTESP regula e fiscaliza mais de 8,4 mil quilômetros de rodovias



Visão Geral

ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

A ARTESP foi criada em 2002, como autarquia de regime especial, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional, administrativa e poder de polícia para regulamentar e fiscalizar todas as modalidades de serviços públicos de transporte autorizados, permitidos ou concedidos à iniciativa privada.

A instituição foi criada a fim de atender a Lei Estadual de Concessões e Permissões de Serviços Públicos (lei nº 7.835, de 08 de maio de 1992), com o objetivo de regular e fiscalizar o Programa de Concessões Rodoviárias, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo a partir de 1998, assim como os serviços permissionados de transporte intermunicipal de passageiros e todos os serviços de transporte que venham a ser delegados no futuro.

Principais contratos da Concessão

- Contrato de Concessão: após sagrar-se vencedora da licitação para a concessão do Corredor Marechal Rondon Leste (Edital de Concorrência Pública Internacional nº 005/2008), realizada em 29 de outubro de 2008, a Recuperanda firmou, em 23 de abril de 2009, o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária nº 004/2009 com a ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
- Escritura de Emissão de Debêntures: com o intuito de financiar suas operações, em 14 de maio de 2013 a Recuperanda ofertou publicamente ao mercado de capitais brasileiro 1.065.000 debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfia a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública", captando o montante de R\$1.065 bilhão de reais.

- Contratos de Cessão e Alienação Fiduciária: a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas, em 22 de maio de 2013 a Recuperanda constituiu em favor dos debenturistas (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Concessionária, presentes ou futuras, bem como seus frutos, rendimentos, dividendos, lucros, direitos, distribuições e demais valores a serem distribuídos aos acionistas; e (ii) cessão fiduciária sobre todos os direitos creditórios relacionados ao Contrato de Concessão. Referidas garantias foram formalizadas por meio do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Contas e Outras Avenças, respectivamente.

- Contrato de Administração de Contas: nessa mesma data, a Recuperanda celebrou, juntamente com o Agente Fiduciário, representante dos debenturistas, o Instrumento Particular de Administração de Contas Bancárias, por meio do qual regulou o fluxo de movimentação dos recebíveis da Concessionária, de forma a garantir o cumprimento da Escritura Pública de Emissão de Debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis.



Destaques operacionais

Colaboradores

10

Tráfego de veículos

11

Receitas operacionais

12



Destaques operacionais

Colaboradores

Em dezembro de 2019, a Empresa contava com 417 colaboradores

Colaboradores

	nov-19	Admissões	Desligamentos	dez-19
Funcionários	421	7	(13)	415
Estagiários	2	-	-	2
Total	423	7	(13)	417

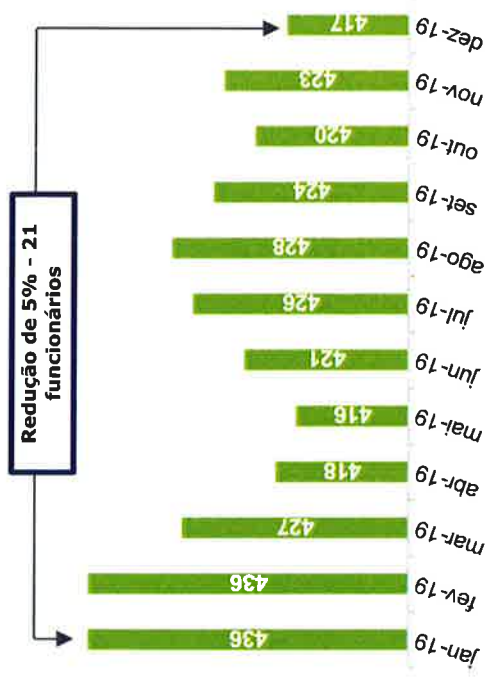
Fonte: CAGED e informações gerenciais

Colaboradores

No mês de dezembro de 2019, a Concessionária Rodovias do Tietê contava com 417 colaboradores em seu quadro, queda de 4% quando comparado a janeiro do mesmo ano.

No mês em análise houve o desligamento de 13 funcionários, que, segundo a Recuperanda, ocorreu pelo término de contratos de trabalho do programa Jovem Aprendiz.

Evolução do quadro de funcionários



Fonte: informações gerenciais

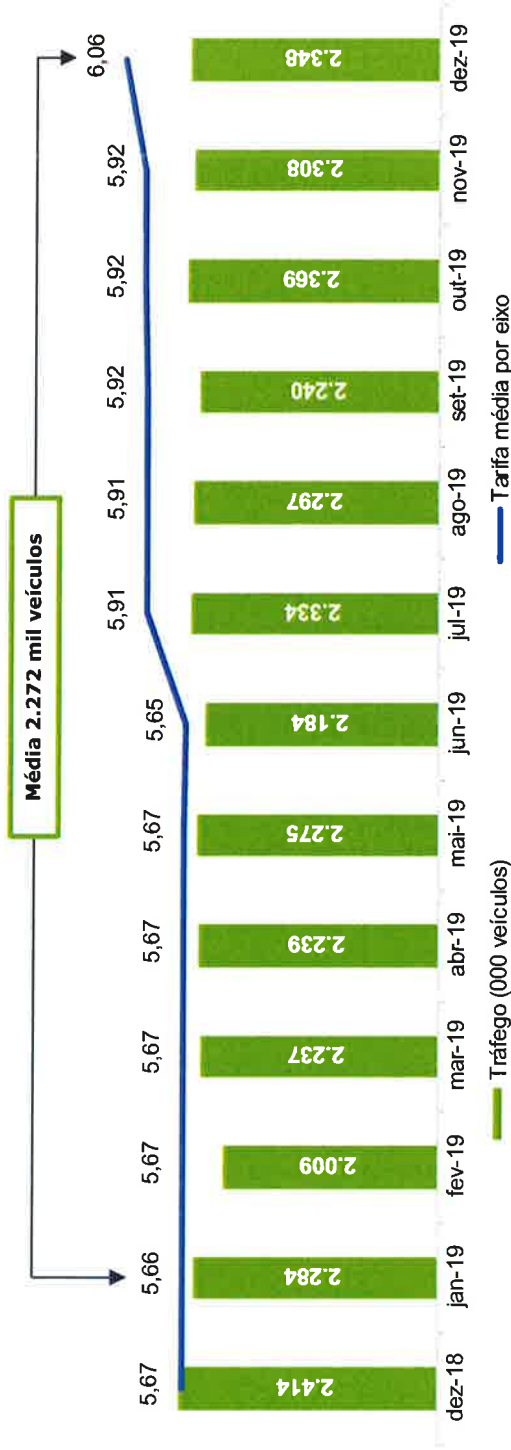


Destaques operacionais

Tráfego de veículos

O tráfego médio nos últimos doze meses foi de 2.272 mil veículos

Tráfego de veículos e tarifa média por eixo



Fonte: informações gerenciais

Receitas operacionais

Tráfego de veículos e tarifa média por eixo

Nos últimos 12 meses, o tráfego médio foi de 2.272 mil veículos por mês e não apresentou variação expressiva no período.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho. Em julho de 2019, a tarifa média por eixo para o trecho concedido à Empresa aumentou cerca de 4,5%.

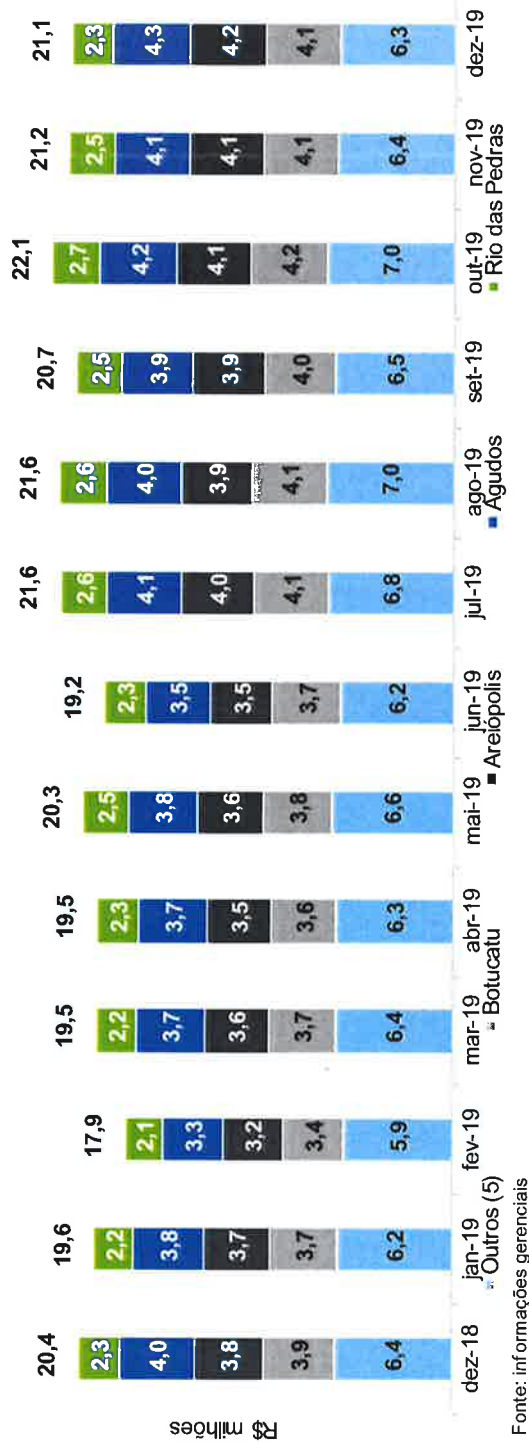


Destaques operacionais

Receitas operacionais

Das nove praças de pedágio que estão sob controle da Empresa, quatro delas concentraram 70% do total da receita em dezembro de 2019

Receitas operacionais



Receitas operacionais

Receitas operacionais por praça de pedágio

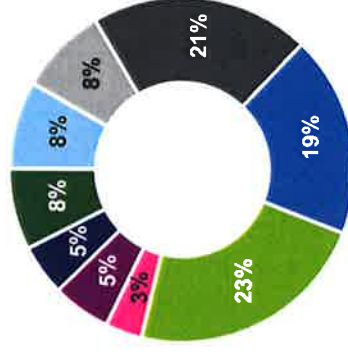
As praças de pedágio com maior representatividade nas receitas operacionais da Companhia são: Botucatu, Areiópolis, Agudos e Rio das Pedras. Juntas, elas representaram cerca de 70% do total no mês de dezembro. As outras cinco praças representaram cada uma, em média, 6% do total da receita com pedágios. No mês de julho de 2019 houve reajuste das tarifas, o que impactou em uma melhora na receita nos meses subsequentes.

As receitas operacionais de dezembro aumentaram R\$680 mil em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Representatividade do tráfego nas praças de pedágio

A Concessionária Rodovias do Tietê possui controle de nove praças de pedágio nas rodovias concedidas, das quais três - Agudos, Areiópolis e Botucatu - registraram aproximadamente 62% do tráfego total do trecho concedido.

Representatividade do tráfego nas praças de pedágio - dezembro/19



Fonte: informações gerenciais





Destaques financeiros

Fluxo de caixa realizado

14

Fluxo de caixa projetado

16

Relação de credores

17



Destaques financeiros

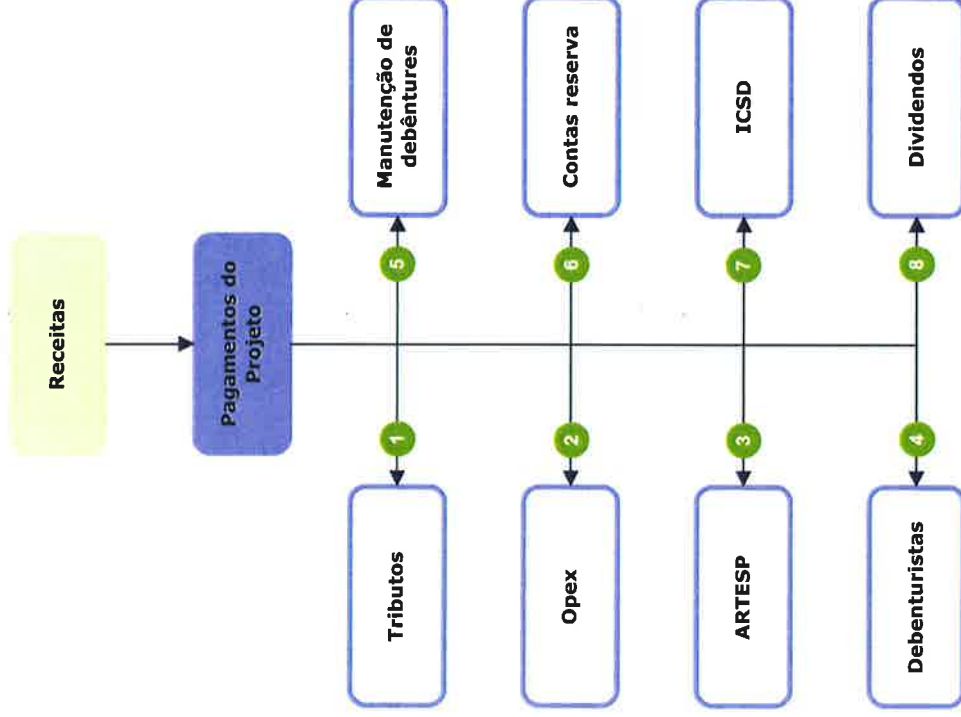
Fluxo de caixa realizado

Atualmente a Recuperanda não está realizando os pagamentos dos itens 4, 6, 7 e 8

Contas de recebimento
Contas movimentáveis
Ordem de pagamentos



Recebimentos



Fonte: Contrato de Concessão e Contrato de Administração de contas.

Saldos das contas

R\$'000	nov-19	dez-19	Δ
Conta Receitas	1.482	1.814	332
Conta Pagamentos de Projeto	6.239	2.853	(3.385)
Conta Indenização	34	34	-
Contas Reservas	63.325	63.528	203
Espelho Contas Reservas	(0)	-	0
Total	71.079	68.229	(2.850)

Fonte: informações gerenciais e extratos bancários

Movimentação dos recebíveis

- O fluxograma completo da Movimentação dos Recebíveis (cascata de distribuição de pagamentos), bem como os esclarecimentos sobre a ordem de utilização dos recursos, estão na sessão de anexos deste relatório;
- Por falta de recursos, atualmente a Recuperanda não está realizando os pagamentos dos itens 4, 6, 7 e 8.

Destaque financeiros

Fluxo de caixa realizado

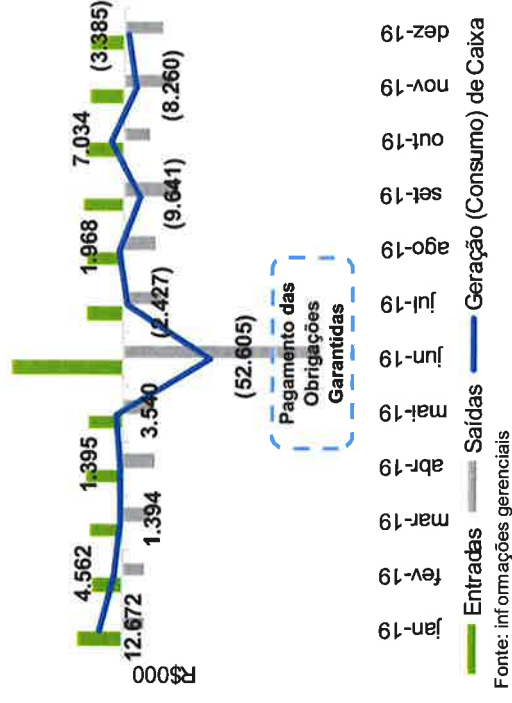
Em dezembro de 2019 houve consumo de R\$3,4 milhões do caixa

Fluxo de caixa - direto

R\$ '000	nov-19	dez-19	U12M
Saldo inicial	14.678	6.418	46.787
Conta Receitas			
Receitas	21.208	20.870	305.416
Rec. de pedágio	21.049	20.574	241.960
Rec. não operacionais	80	264	12.207
Outras rec. oper.	24	27	258
Receitas financeiras	55	5	50.991
Total Conta Receitas	21.208	20.870	305.416
Conta Pagamentos do Projeto			
Saídas			
1 - Tributos	(1.992)	(1.893)	(19.980)
Cofins	(726)	(689)	(5.858)
PS	(156)	(148)	(1.500)
ISS	(1.110)	(1.057)	(12.623)
2 - Opex	(27.025)	(21.994)	(230.004)
Pessoal	(2.753)	(2.613)	(25.676)
Conservação de rotina	(3.498)	(3.119)	(24.005)
Diversas	(7.170)	(7.986)	(61.590)
Ampliação e melhoria.	(12.060)	(6.646)	(95.010)
Conservação especial	(1.254)	(1.237)	(11.127)
Outras	(290)	(393)	(12.597)
3 - Poder Concedente	(345)	(330)	(3.848)
Variável da Concessão	(345)	(330)	(3.848)
4 - Debenturistas	-	-	-
5 - Manutenção das debêntures	(107)	(38)	(95.337)
Amortização de finan.	-	-	(38.803)
Pgto. de enc. s/ finan.	(94)	(24)	(56.374)
6 - Const. de Conta Reserva	-	-	-
Outros	(13)	(14)	(161)
7 - ICSD	-	-	-
8 - Dividendos	-	-	-
Total Pagamentos de Projeto	(29.468)	(24.255)	(349.170)
Consumo o/Geração de caixa	(8.260)	(3.385)	(43.754)
Saldo final do caixa	6.418	3.033	3.033
Conciliação com extratos bancários	(180)	(179)	(179)
Saldo final extrato bancário	6.239	2.853	2.853

Fonte: informações gerenciais

Fluxo de caixa - Últimos 12 meses



Fluxo de caixa realizado

Em dezembro de 2019 houve consumo de R\$3,4 milhões no caixa da Companhia. No fluxo de caixa, destacam-se as principais observações:

- As entradas reduziram 2% em relação ao mês anterior, que, segundo a Recuperanda, é reflexo de da redução do volume de caminhões que passam no trecho devido aos feriados de final de ano;
- Os gastos com pessoal aumentaram 5% em relação a novembro, motivados pelo pagamento da primeira parcela do 13º salário dos funcionários; e
- Os desembolsos com ampliações, melhorias, conservações de rotinas (operações "tapa-buraco") e especiais somaram R\$11,0 milhões em dezembro, R\$5,8 milhões inferior ao mês anterior. Segundo a Administração, não houve exigência da atuação emergencial das equipes de manutenção.



Destaques financeiros

Fluxo de caixa projetado

Em dezembro de 2019, o saldo de fluxo de caixa operacional da Companhia ficou R\$623 mil acima do projetado para o período

Fluxo de caixa realizado x projetado

R\$000	dez-19	dez-19P
Saldo inicial	6.418	6.418
Entradas	20.870	21.094
Receitas de Pedágio	20.574	20.734
Receitas Acessórias	296	359
Saídas	(24.217)	(25.064)
PS/COFINS	(837)	(780)
ISS	(1.057)	(1.068)
Ônus Variável	(330)	(320)
Custos Operacionais	(13.718)	(10.656)
Capex	(8.276)	(12.240)
Saldo Final Operacional	3.071	2.448

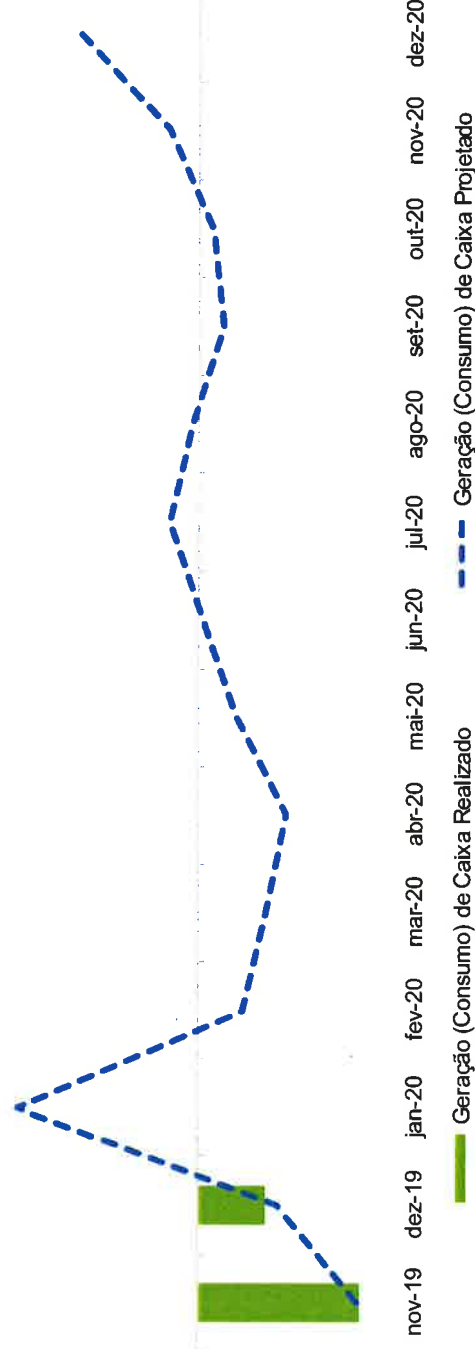
Fonte: informações gerenciais

Fluxo de caixa realizado x projetado

Em dezembro de 2019, o saldo final do fluxo de caixa operacional da Companhia ficou R\$623 mil acima do projetado para o período em análise. Destacam-se as principais observações:

- As entradas operacionais diminuiram cerca de R\$224 mil, permanecendo em consonância com o projetado para o período;
- Os custos operacionais ficaram R\$3,1 milhões acima do projetado para o período [esta variação não foi esclarecida pela Administração]; e
- O Capex ficou R\$4,0 milhões abaixo do projetado para o mês. Segundo a Recuperanda, os valores projetados foram elaborados no final de 2018 e tinham como premissa a reestruturação da dívida e, como consequência, o aumento no volume de obras executadas. Como isto não aconteceu, o avanço das obras foram contidos.

Geração (Consumo) de Caixa Projetado x Realizado



Fonte: informações gerenciais



Destaques financeiros

Relação de credores

O passivo listado pela Recuperanda é de R\$1,6 bilhão e está concentrado na dívida com os debenturistas

Quadro Geral de Credores

Classificação	Número de credores	Valor (R\$)
Quirografário	47	1.601.283.587
ME/EPP	22	1.301.054
Subtotal concursal	69	1.602.584.641
Extraconcursal	14	2.523.131
Total	83	1.605.107.772

Fonte: informações apresentadas nos Autos Principais

Passivo concursal

Relação de credores

A relação de credores apresentada nos autos conta com credores classificados pela Recuperanda como Classe III (Quirografário) e Classe IV (ME/EPP), sendo o principal credor a Pentágono S.A. (emissora das debêntures), representando 91,3% do passivo listado.

Há créditos listados que correspondem a valores de partes relacionadas, quais sejam: AB Concessões e Lineas International, que juntas somam cerca de R\$128 milhões, representando 8,1% do passivo listado.

Passivo não sujeito aos efeitos da RJ

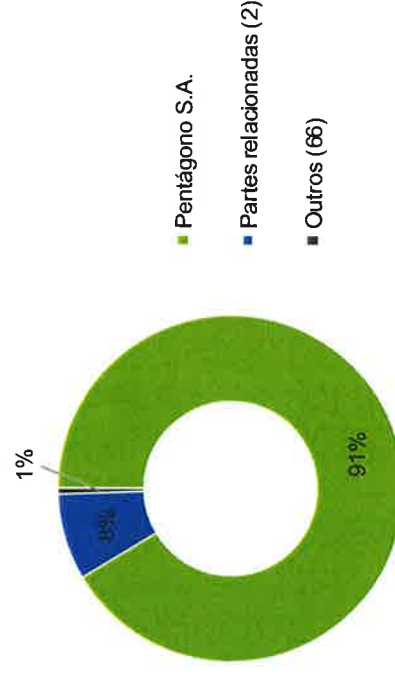
O passivo extraconcursal listado pela Recuperanda soma R\$2,5 milhões, e corresponde aos impostos a recolher.

Relação de credores concursais

Nome do credor	Valor (R\$)
Pentágono S.A. Distr. De Tit. e Val. Mobil.	1.464.580.492
Ab Concessões S/A	116.820.400
Lineas International Holding B.V	12.055.186
Splbase Engenharia Ltda	2.331.785
Dnp Terraplenagem E Pavimentadora Foresto Ltda.	1.319.207
Fortpav Pavimentacao E Servicos Ltd	1.052.690
Outros	4.424.882
Total	1.602.584.641

Fonte: informações apresentadas nos Autos Principais

Representatividade dos credores



Fonte: informações disponibilizadas nos Autos Principais





Recuperação Judicial

Cronograma processual

19

Andamento processual

20



Recuperação Judicial

Cronograma processual



11/11/2019	• Ajuizamento do pedido de RJ	• Fim do prazo para votação do PRJ apresentado
13/12/2019	• Deferimento do processamento do pedido de RJ (art. 52)	• Publicação do Edital de Convocação para votação do PRJ (art. 53, § 1º)
17/12/2019	• Publicação do deferimento do processamento no DJE	• AGC – 1ª Convocação
16/12/2019	• Assinatura do Termo de Compromisso (art. 33)	• AGC – 2ª Convocação
21/01/2020	• Publicação do Edital das Recuperandas (art. 52, § 1º)	• Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor
05/02/2020	• Fim do prazo para apresentação de habilitações e divergências ao AJ (art. 7º, § 1o)	• Fim do prazo de RJ, se cumpridas as obrigações previstas no PRJ – 2 anos após a concessão da RJ
18/03/2020	• Apresentação do PRJ nos autos (art. 53)	
	• Publicação do aviso de recebimento do PRJ no DJE (artigo 53, § único)	
	• Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (art. 53, §º único c/c art. 55, §º único)	
23/03/2020	• Publicação do Edital da Administradora Judicial (art. 7º, § 2º)	
02/04/2020	• Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (art. 8º)	

Eventos ocorridos  **Datas estimadas**

Recuperação Judicial

Andamento processual



Andamento processual

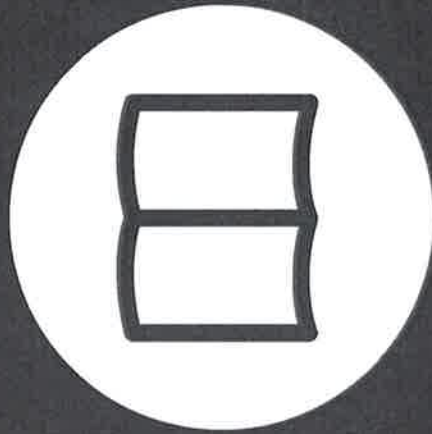
- O pedido de Recuperação Judicial foi distribuído em 11 de novembro de 2019, na Comarca de Salto - SP.
- Ao apresentar seu pedido de recuperação judicial, a Concessionária requereu tutela de urgência com o intuito de desbloquear suas contas bancárias.
- A tutela foi parcialmente concedida em decisão proferida em 13 de novembro de 2019 (fls. 1851/1853), determinando o desbloqueio das contas bancárias, pelo Itaú Unibanco S/A.
- Em 14 de novembro, a Pentágono, agente fiduciário das debêntures, requereu a reconsideração da decisão proferida, a fim de que fosse mantido o bloqueio nas contas da Concessionária (fls. 1863/1884).
- A Deloitte foi nomeada Administradora Judicial da presente recuperação, assinando o termo de compromisso em 16 de dezembro de 2020.
- Em decisão proferida em 25 de novembro (fls. 1991/1992), o juízo manteve o desbloqueio da Conta Pagamentos do Projeto, determinando que a Concessionária apresentasse aos autos, no prazo de 48 horas, o relatório de despesas a pagar no mês de dezembro de 2019, a fim de possibilitar que a Pentágono S.A. faça a devida conferência e aponte eventual discordância. Ademais, determinou que a Concessionária preste contas de suas despesas, mensalmente, nos autos.
- Em 4 de dezembro de 2019, a Pentágono S.A. opôs embargos de declaração contra referida decisão, a fim de que (i) seja esclarecido que a conferência e apontamento de eventual conformidade das contas deverão ser feitos nos moldes contratuais, isto é, pelo Engenheiro Independente; e (ii) seja declarado expressamente que os demais direitos inerentes à relação contratual permanecem inalterados, especialmente no que tange à excussão da garantia fiduciária de recebíveis das demais contas que compõe a garantia da emissão de debêntures.

- O processamento da presente recuperação judicial foi deferido por meio de decisão proferida em 13 de dezembro de 2020 e publicada em 17 de dezembro de 2020.
- Contra referida decisão, a Pentágono opôs embargos de declaração a fim de reiterar os termos dos embargos de declaração anteriormente apresentados, além de requerer o afastamento da aplicação de multa a credores extraconcursais que busquem satisfazer seus créditos por meio de excussão fora do âmbito da recuperação judicial.
- O Edital da Recuperação com a lista de credores (art. 52, § 1º, da Lei 11.101/05) foi publicado no dia 21 de janeiro de 2020, sendo que o prazo para entrega das habilitações e divergências se encerrou em 5 de fevereiro de 2020.
- O prazo para apresentação do edital da Administradora Judicial é dia 23 de março de 2020.

Glossário



22



Glossário

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas
ARTESP	Agência de Transporte do Estado de São Paulo
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers
Capex	Calculos para Investimentos
CRT	Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
DER/SP	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo
EBITDA	Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)
Empresa	Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
ICSD	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LREF	Lei de Recuperação de Empresas e Falência
MP	Medida Provisória
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
P.p.	Pontos percentuais
PWC	PricewaterhouseCoopers
Recuperanda	Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
RJ	Recuperação Judicial
R\$	Reais
9M2018	Nove primeiros meses de 2018
9M2019	Nove primeiros meses de 2019





Anexos

Escopo	24
Estrutura societária	25
Governança corporativa	26
Movimentação dos recebíveis	27
Demonstrações Financeiras 3T19	31



Anexos

Escopo

Escopo

O escopo do trabalho está definido nos termos da nomeação para elaboração do presente relatório. Analisamos as informações auditadas de natureza contábil do período intermediário encerrado em 30 de setembro de 2019, e informações financeiras e operacionais referente ao mês de dezembro de 2019.

O trabalho resumido neste Relatório foi limitado a assuntos que consideramos importantes dentro do contexto deste escopo.

Este serviço foi executado de acordo com o "Comunicado Técnico IBRACON Nº 08/12". O trabalho não incluiu uma auditoria nem foi realizado de acordo com práticas de auditoria ou outras normas e práticas geralmente aceitas no Brasil ou em outras jurisdições ("Procedimentos de Auditoria") e, portanto, não deve ser analisado como se tivesse sido realizado de acordo com essas normas e práticas.

Base de elaboração

O ponto de partida das análises foram informações financeiras solicitadas à administração da Recuperanda.

As flutuações mensais nos principais saldos reportados foram objeto de procedimentos analíticos e discussões junto à Administração da Recuperanda.

O objetivo foi o de apresentar as principais variações patrimoniais e de resultados reportados pela Recuperanda nos períodos denotados, comentando sobre motivos mais relevantes.

Arredondamento

Todos os valores neste Relatório estão denominados em milhares de Reais (R\$000), se não indicados de outra forma. Assim, diferenças imateriais relacionadas ao arredondamento podem surgir.

Fontes de informação

Conversamos e obtivemos informações das seguintes fontes:

- Thiago Jordão Rocha – Gerente Financeiro;
- Filipe Monteiro Ribeiro – Coordenador de contabilidade e RI.

Eventos subsequentes

Este relatório foi preparado com base no entendimento de que a Administração da Concessionária Rodovias do Tietê nos apresentou todos os assuntos de que tenham conhecimento sobre sua posição financeira que possam ter impacto sobre o relatório até 11 de fevereiro de 2020.

Representação da gerência

As informações contidas neste documento não foram revisadas pela Administração da Recuperanda.

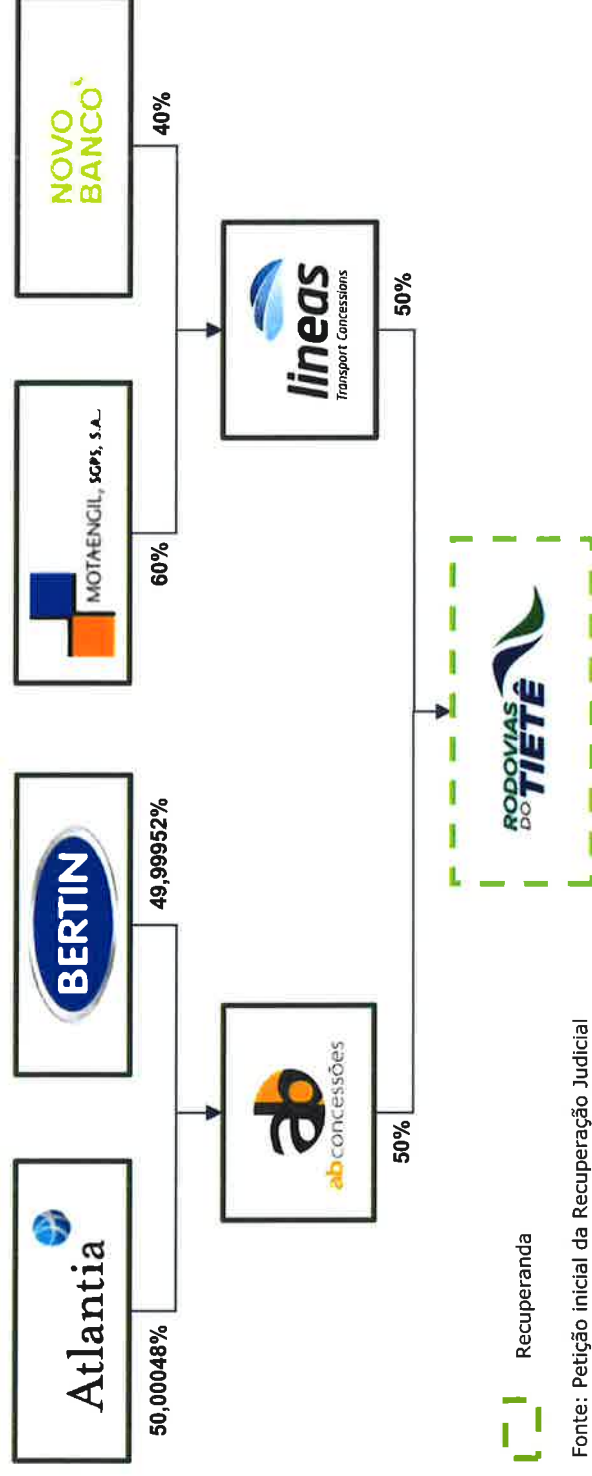


Anexos

Estrutura societária

A Concessionária Rodovias do Tietê possui dois acionistas controladores, sendo estes subordinados a quatro outros grupos

Estrutura societária



Recuperanda

Fonte: Petição inicial da Recuperação Judicial

AB Concessões S.A.

Trata-se de uma joint venture decorrente da união do Grupo Atlantia e do Grupo Bertin, é responsável pelas concessionárias Triângulo do Sol, Rodovias das Colinas e Nascentes das Gerais, sendo responsável por administrar 1.500 Km de rodovias no País, abrangendo os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Lineas International Holding B.V.

Integrante do Grupo Mota-Engil, atua no segmento de mercado de Concessões de Infraestrutura de Transportes (Rodoviárias e Ferroviárias). O Grupo Mota-Engil está presente em três continentes e cinco países, tais como Portugal, Espanha, México, Moçambique e Brasil.



Anexos

Governança corporativa

Os diretores da Recuperanda foram empossados em setembro de 2019, enquanto que o Conselho de Administração permanece inalterado desde novembro de 2017

Governança corporativa

Conselho de Administração

Presidente: Tiago de Brito Ribeiro Alves Caseiro
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Marco Andreoli
Armando Nuno Teixeira da Silva
Cameron Beverley

Emerson Luiz Bittar Diretor Presidente

Formado em Engenharia Civil pela PUC/PR e tem mais de 30 anos de experiência no setor de infraestruturas, com destaque para o setor rodoviário. Exerceu as funções de Diretor Presidente da Concessionária Nascetes das Gerais - MG e da Concessionária Pró Lagos - RJ. Atuou, também, como Gerente de Administração de Contratos no Grupo Ecorodovias e como Diretor de Obras no Grupo Leão e Leão.

Nuno Felipe Nogueira Alves Coelho Diretor de Relações com Investidores

Formado em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto com pós-graduação em auditoria e controle de gestão, com mais de 10 anos de experiência no controle de gestão de construtoras e setor de infraestrutura.



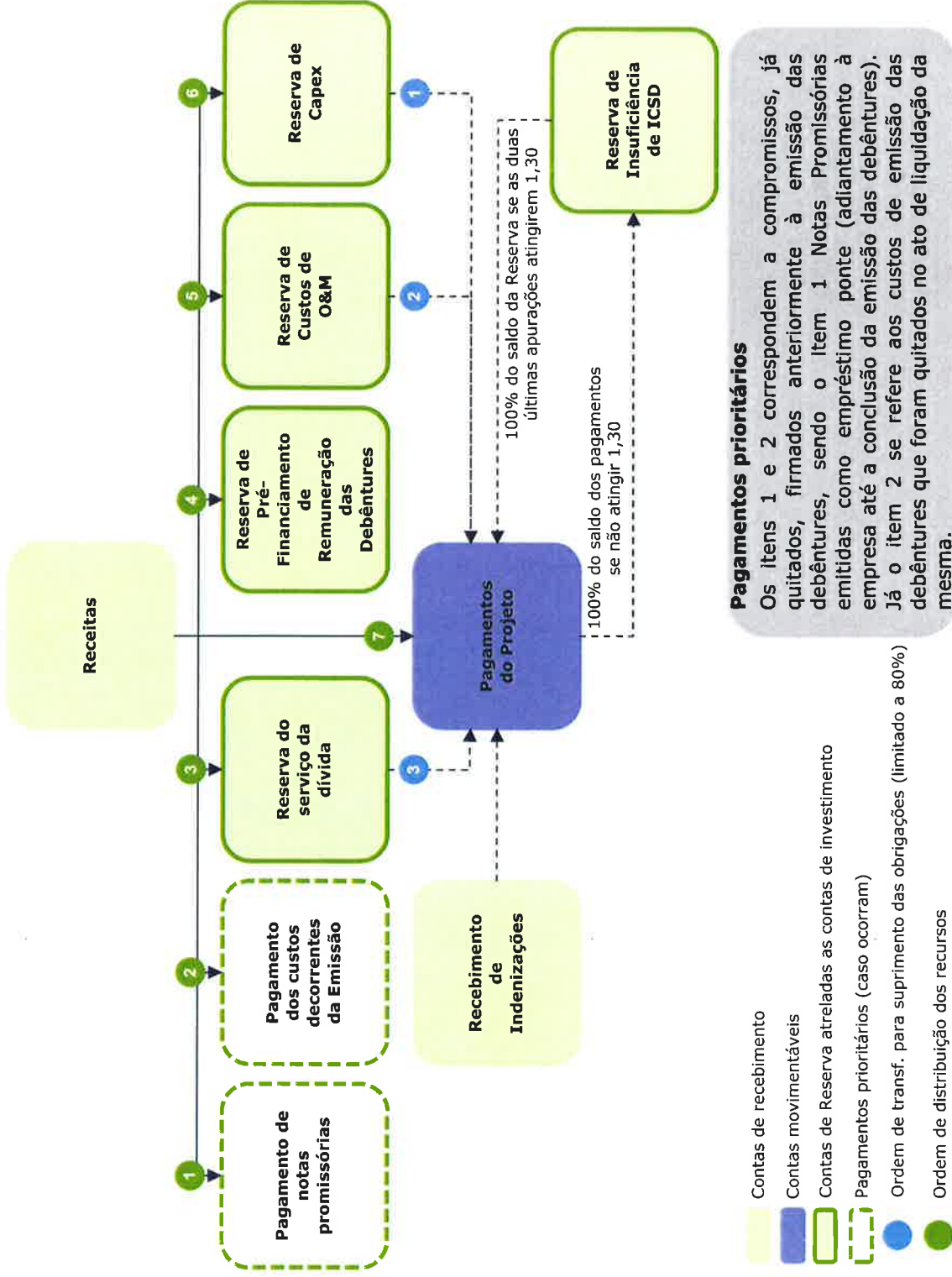
Anexos

Movimentação dos recebíveis – limitações contratuais

Fluxo inicial - A
cláusula 4ª do
Contrato de
Administração de
Contas prevê a
seguinte estrutura
para as contas da
Concessionária



Emissão das debêntures



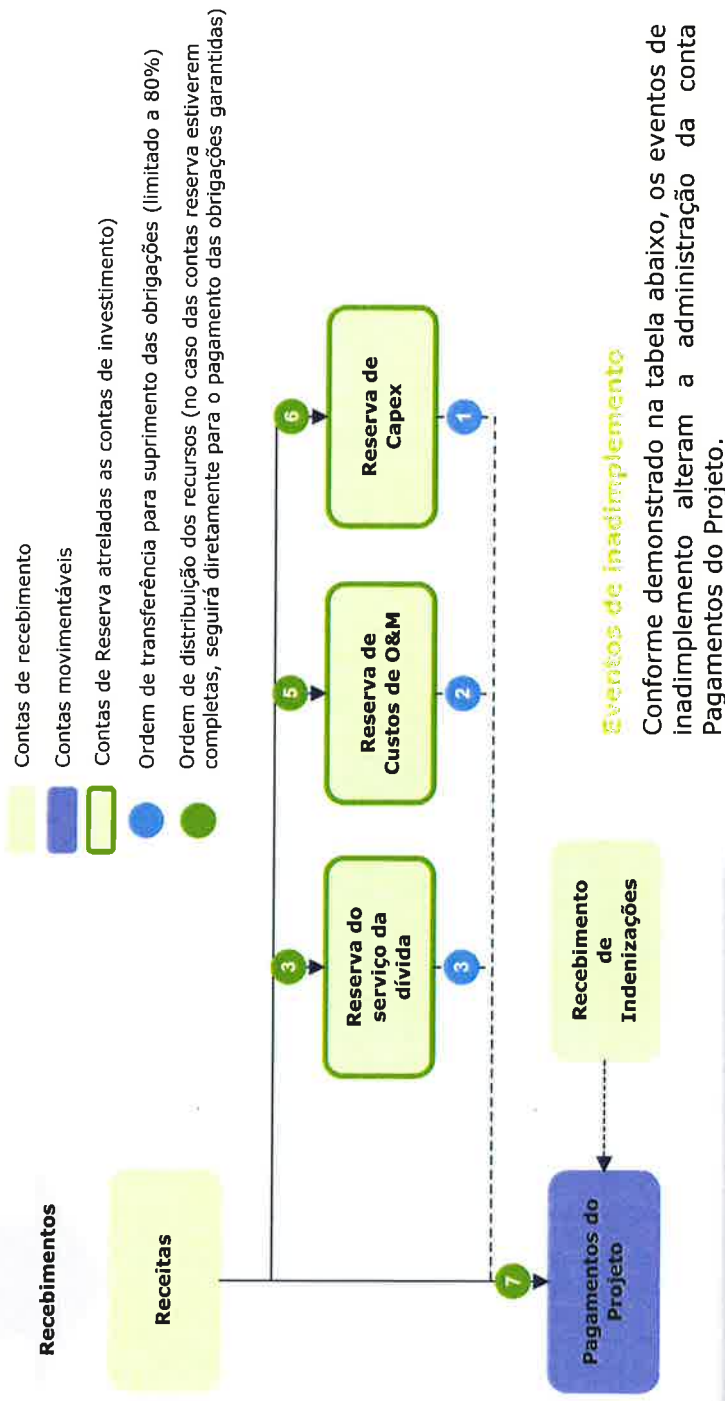
Pagamentos prioritários

Os itens 1 e 2 correspondem a compromissos, já quitados, firmados anteriormente à emissão das debêntures, sendo o item 1 Notas Promissórias emitidas como empréstimo ponte (adiantamento à empresa até a conclusão da emissão das debêntures). Já o item 2 se refere aos custos de emissão das debêntures que foram quitados no ato de liquidação da mesma.

Anexos

Movimentação dos recebíveis – limitações contratuais

Em AGD realizada em 08 de novembro de 2019, os debenturistas deliberaram o vencimento antecipado da Emissão



Inadimplemento

Em 13 de dezembro de 2017 foi autorizada, em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a utilização de parte dos recursos depositados na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018. Porém, a recomposição do saldo não ocorreu, sendo prorrogada inúmeras vezes até 15 de setembro de 2019. Em AGD realizada em 08 de novembro de 2019, os debenturistas deliberaram o vencimento antecipado da Emissão.

Inadimplemento

Não

Transferência diária da conta Receitas para a conta Pagamentos do Projeto, a utilização de recursos pela Concessionária seguirá a ordem prevista apresentada na página 18 deste relatório.

Sim

A conta Pagamentos do Projeto passa a ser administrada pelo Agente Fiduciário, e a utilização dos recursos fica limitada até o quinto item da ordem prevista na página 18 deste relatório.

Anexos

Movimentação dos recebíveis – limitações contratuais

Com base no Contrato de Administração de Contas, apenas a Conta de Pagamento do Projeto é de livre movimentação da Concessionária



Conta Receitas

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e movimentável apenas pelo Banco Itaú, concentra os recursos provenientes (i) da emissão de debêntures; (ii) de quaisquer recursos oriundos de novos endividamentos ou aumentos de capital; e (c) de todos os bens e direitos que tenha a receber no âmbito da concessão (Cláusula 4.1).

Conta Reserva do serviço da dívida ³

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e movimentável apenas pelo Banco Itaú, deve ser mantida como reserva em valor equivalente ao projetado para as 2 prestações subsequentes de principal e remuneração das debêntures.

Conta Reserva de Custos de O&M ⁵

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e movimentável apenas pelo Banco Itaú, deve ser mantida como reserva em valor equivalente aos gastos projetados com operação e manutenção do projeto para os três meses subsequentes (cláusula 1.1.43).

Conta Reserva de Capex ⁶

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e movimentável apenas pelo Banco Itaú, deve ser mantida como reserva para investimentos em bens de capital do projeto, em valor equivalente à média anual dos gastos projetados com investimentos em bens de capital do projeto para os 36 meses subsequentes (cláusula 1.1.42).

Conta Pagamentos do Projeto ⁷

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê, podendo ser movimentada pela concessionária enquanto não ocorrer evento de vencimento antecipado, deve ter seus recursos destinados para as despesas elencadas na página seguinte (Cláusula 4.7).

Conta Indenizações

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e movimentável apenas pelo Banco Itaú, concentra os valores oriundos de indenizações recebidas pela Concessionária (cláusula 4.20).

Contas para Investimento

De titularidade da Concessionária Rodovias do Tietê e mantidas junto ao BTG Pactual, referem-se as contas por meio das quais a Concessionária pode realizar determinadas aplicações e investimentos, com a utilização dos recursos oriundos das contas de reserva (cláusula 3.1).

Bloqueio de conta em caso de inadimplemento – Cláusula 5ª do Contrato de Cessão Fiduciária

Na ocorrência de algum evento de vencimento antecipado, conforme previsto nas cláusulas 4.16.2 e 4.16.3 da Escritura de Emissão de Debêntures, o Agente Fiduciário deve enviar notificação ao Banco Depositário informando o vencimento antecipado.

Recebida a notificação, a concessionária deixa de ter acesso à Conta de Pagamento do Projeto e o Banco Depositário passa a acatar somente as orientações provenientes do Agente Fiduciário (cláusulas 4.5 e 6.1 do Contrato de Administração de Contas).

Anexos

Movimentação dos recebíveis – limitações contratuais

Conforme cláusula 4.7 do Contrato de Administração de Contas, os recursos disponíveis na Conta Pagamentos do Projeto devem ser destinados na seguinte ordem de prioridade



Conta Pagamentos do Projeto (cls. 4.7)

Ordem de utilização dos recursos	Obrigações
1 – Tributos	Tributos incidentes sobre a receita das Praças de Pedágio.
2 – Opex	Cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Concessão relativas ao pagamento das despesas de ampliação, operação e manutenção e tributos incidentes sobre o Projeto de Investimento, observado como limite máximo para tais despesas o valor máximo mensal de (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) corrigido pelo IPCA data base julho de 2008; mais (ii) valores adicionais, conforme orçamento a ser elaborado pela Emissora e anuído pelo Engenheiro Independente.
3 – ARTESP	Pagamento, pela Emissora ao Poder Concedente, do valor mensal variável correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta efetivamente obtida pela Emissora no mês imediatamente anterior a tal pagamento.
4 – Debenturistas	Pagamento das Obrigações Garantidas (Contrato de Administração das Contas, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações).
5 – Manutenção das Debêntures	Pagamentos das despesas relacionadas à manutenção das Debêntures incluindo, mas não se limitando, à remuneração do Agente Fiduciário, do banco liquidante, do agente escriturador, do Banco Depositário e das agências de <i>rating</i> .
6 – Contas reserva	Preenchimento dos Saldos Mínimos Obrigatórios.
7 – ICSD	Cumprimento dos Pagamentos Restritos na Data de Verificação Semestral, caso o Agente Fiduciário e o Banco Depositário, conforme o caso, confirmem que as obrigações decorrentes da Cláusula 4.16.3.1 (e) da Escritura de Emissão foram devidamente cumpridas pela Emissora.
8 – Dividendos	Pagamento de dividendos aos Acionistas na Data de Verificação Semestral, caso o Agente Fiduciário confirme que, no ano imediatamente anterior, os requisitos para distribuição de dividendos, conforme descrito na Cláusula 4.16.2 (f) da Escritura de Emissão, foram devidamente cumpridos.

Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

O parecer do Auditor Independente do terceiro trimestre de 2019 não apresentou ressalvas



Qualidade da informação

Bases de elaboração do relatório

- 1. Data base:** o Balanço Patrimonial refere-se ao período mensal de 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. As Demonstrações de Resultado referem-se ao período acumulado de setembro de 2018 e setembro de 2019.
- 2. Auditoria independente:** Desde 2017, a empresa é auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Em 20 de dezembro de 2019, a PWC divulgou suas demonstrações financeiras auditadas referentes ao terceiro trimestre do ano de 2019. Conforme pode ser observado no anexo deste relatório, não houve ressalvas, entretanto a auditoria se absteve de conclusões.

Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

No parecer do terceiro trimestre de 2019, o Auditor Independente se absteve de conclusão

Base para abstenção de conclusão

(a) Situação financeira

"Em 8 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures, que em 30 de setembro de 2019 montam a R\$ 1.380.101 mil. Em 11 de novembro de 2019, dado a situação financeira, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto – SP, e deverá apresentar o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, a partir da data de deferimento do referido pedido. Atualmente, a administração da Companhia, com o apoio de especialistas, está em fase de elaboração do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Adicionalmente, diante da situação financeira, a Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes, conforme descrito na Nota 25 às informações contábeis intermediárias. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão."

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

"Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10, identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível que em 30 de setembro de 2019 montam a R\$ 8.834 mil e R\$ 1.281.557 mil, respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto a definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos, e espera concluir as análises

de valor recuperável na data-base de 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2019.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das informações contábeis intermediárias, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item (b) acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação de um plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorram se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos, no montante R\$ 194.040 mil em 30 de setembro de 2019, deveria ser baixado. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido e o prejuízo do período encontram-se a menor, nesse mesmo valor."

Abstenção de conclusão

"Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias."



Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

O prejuízo líquido nos nove primeiros meses de 2019 foi de R\$56,4 milhões



DRE

R\$000	Ref.	9M18	9M19
Receita operacional líquida		213.802	256.972
Custos dos serviços prestados		(146.093)	(198.659)
Lucro bruto	[1]	67.709	58.313
SG&A			
Gerais e administrativas	[2]	(13.607)	(10.640)
Outras receitas operacionais líquidas	[3]	5.176	464
		(8.431)	(10.176)
Lucro antes do resultado financeiro		59.278	48.137
Despesas financeiras	[4]	(148.406)	(139.618)
Receitas financeiras		11.639	6.302
		(136.767)	(133.316)
Prejuízo antes do IR e CSLL		(77.489)	(85.179)
IR e CSLL		26.227	28.754
		(51.262)	(56.425)
Prejuízo do exercício		(51.262)	(56.425)
(+/-) IR e CSLL		(26.227)	(28.754)
(+/-) Resultado financeiro líquido		136.767	133.316
(+/-) Depreciação e amortização		28.536	32.552
EBITDA		87.814	80.689
(+/-) Provisão para manut. futuras		21.336	31.047
EBITDA ajustado		109.150	111.736

% Margem bruta	32%	23%
% Margem operacional	28%	19%
% Margem líquida	(24%)	(22%)
% Margem EBITDA	41%	31%
% Margem EBITDA ajustado	51%	43%

Fonte: informações contábeis auditadas

Receita operacional líquida



Fonte: informações contábeis auditadas

DRE

Comentários gerais

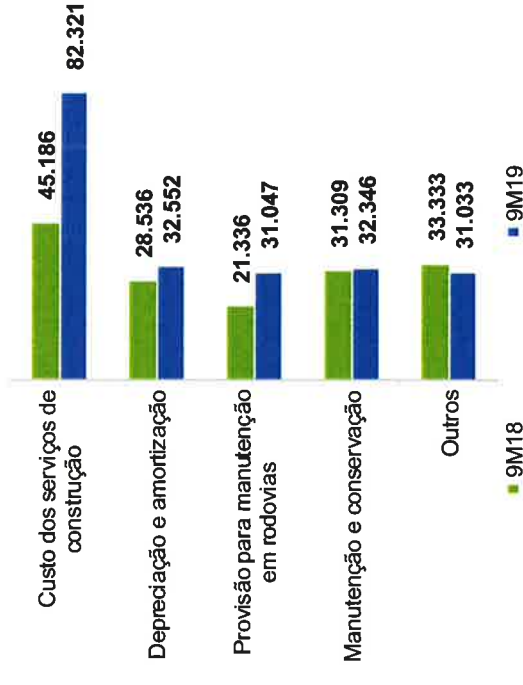
O prejuízo registrado nos nove primeiros meses de 2019 foi de R\$56,4 milhões, sendo R\$5,2 milhões superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. A piora no resultado está atrelada, principalmente, ao aumento dos custos no período.

[1] Lucro bruto

O lucro bruto dos nove primeiros meses de 2019 foi de R\$58,3 milhões, ficando R\$9,4 milhões abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.

Apesar da receita líquida ter aumentado 20% no período analisado, os custos dos serviços prestados aumentaram 36%, principalmente os "custos dos serviços de construção" e "provisão para manutenção das rodovias". Esse aumento impactou negativamente a margem bruta, reduzindo em 9 pontos percentuais.

Custos e despesas operacionais



Fonte: informações contábeis auditadas

Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

As despesas financeiras reduziram R\$8,8 milhões em novembro de 2019



DRE

R\$000	Ref.	9M18	9M19
Receita operacional líquida		213.802	256.972
Custos dos serviços prestados		(146.093)	(198.659)
Lucro bruto	[1]	67.709	58.313
SG&A			
Gerais e administrativas	[2]	(13.607)	(10.640)
Outras receitas operacionais líquidas	[3]	5.176	464
		(8.431)	(10.176)
Lucro antes do resultado financeiro		59.278	48.137
Despesas financeiras	[4]	(148.406)	(139.618)
Receitas financeiras		11.639	6.302
		(136.767)	(133.316)
Prejuízo antes do IR e CSLL		(77.489)	(85.179)
IR e CSLL		26.227	28.754
		(51.262)	(56.425)
Prejuízo do exercício		(26.227)	(28.754)
(+/-) IR e CSLL		136.767	133.316
(+/-) Resultado financeiro líquido		28.536	32.552
(+/-) Depreciação e amortização		87.814	80.689
EBITDA		21.336	31.047
(+/-) Provisão para manut. futuras		109.150	111.736
EBITDA ajustado		32%	23%
% Margem bruta		28%	19%
% Margem operacional		(24%)	(22%)
% Margem líquida		41%	31%
% Margem EBITDA		51%	43%

Fonte: informações contábeis auditadas

DRE (cont.)

[2] Despesas gerais e administrativas

Nos nove primeiros meses de 2019 as despesas gerais e administrativas reduziram R\$3,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo a Recuperanda, esta diminuição ocorreu devido ao estorno da PLR da Companhia.

[3] Outras receitas operacionais líquidas

Em 2018 a Empresa recebeu o valor do sinistro sobre a queda da ponte, na construção do Contorno de Piracicaba. Por esta razão pode se verificar a redução de R\$4,7 milhões nesta conta.

[4] Despesas financeiras

As despesas financeiras reduziram R\$8,8 milhões nos nove primeiros meses de 2019, principalmente pela diminuição dos juros e variações monetárias sobre as debêntures.

Resultado financeiro

R\$000	9M18	9M19
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(132.126)	(118.217)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(9.390)	(10.451)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(3.372)	(6.080)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(2)
Juros sobre demais operações financeiras	(75)	-
Outras despesas financeiras	(3.441)	(4.868)
	(148.406)	(139.618)
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9.955	5.381
Atualização de impostos a recuperar	459	110
Outras receitas financeiras	1.225	811
	11.639	6.302
Total	(136.767)	(133.316)

Fonte: informações contábeis auditadas

Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

Cerca de 76% do ativo da Empresa está concentrado no intangível

Balanco patrimonial - Ativo

R\$000	Ref.	dez-18	set-19
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		47.698	8.942
Aplicações financeiras vinculadas		-	-
Contas a receber		19.305	19.389
Despesas antecipadas		1.356	954
Impostos a recuperar		3.023	844
Outros ativos		890	2.098
		72.272	32.227
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		108.326	63.234
Impostos a recuperar		-	-
IR e CSLL diferidos		165.286	194.040
Despesas antecipadas		32	8
Depósitos judiciais		29.690	30.999
Outros ativos		3.907	1.363
Imobilizado		8.448	8.834
Intangível	[1]	1.224.008	1.281.557
		1.539.697	1.580.035
Total do ativo		1.611.969	1.612.262

Fonte: informações contábeis auditadas

Balanco patrimonial - Ativo

Comentários gerais

O ativo da Rodovias do Tietê é composto, substancialmente, pela conta "Intangível" que, em setembro de 2019, representava 76% do total.

Balanco patrimonial - Ativo (cont.)

[1] Intangível

Em setembro de 2019 o intangível aumentou R\$57,5 milhões em relação ao último exercício (2018). Segundo relatório dos Auditores Independentes, o intangível é composto pelas seguintes contas:

- **Direito da outorga da concessão:** referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário;
- **Obras e serviços:** referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias";
- **Equipamentos:** referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias";
- **Obras em andamento:** referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- **Software:** referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.

Intangível

R\$000	dez-18	Aquisições	Alienações	Transferências	Amortização	set-19
Direito da outorga da concessão	462.548	-	-	-	(11.315)	451.233
Obras e serviços	655.058	48.310	(27)	26.307	(18.060)	711.588
Equipamentos	39.501	2.124	-	1.649	(1.038)	42.236
Obras em andamento	64.159	37.553	-	(27.914)	-	73.798
Software	2.742	1.083	-	-	(1.123)	2.702
Total	1.224.008	89.070	(27)	42	(31.536)	1.281.557

Fonte: informações contábeis auditadas



Anexos

Demonstrações Financeiras 3T19

A dívida líquida da Companhia somava R\$1,4 bilhão em setembro de 2019

Balanco patrimonial - Passivo

R\$'000	Ref.	dez-18	set-19
Passivo circulante			
Fornecedores e prest. de serviços		16.873	14.066
Debêntures	[1]	1.348.182	1.380.101
Credor pela concessão		318	324
Obrigações tributárias		2.590	2.912
Obrigações trabalhistas		5.324	4.207
Provisões		18.018	87.805
Outros passivos		228	268
		1.391.533	1.489.683
Passivo não circulante			
Provisões		-	83.243
Debêntures	[1]	134.975	-
Mútuos com partes relacionadas		116.068	126.519
Outros passivos		1.557	1.406
		252.600	211.168
		1.644.133	1.700.851
Patrimônio líquido			
Capital social		303.578	303.578
Prejuízos acumulados		(335.742)	(392.167)
		(32.164)	(88.589)
		1.611.969	1.612.262

Total do passivo + PL

Fonte: informações contábeis auditadas

Balanco patrimonial - Passivo

Comentários gerais

O passivo da Recuperanda é composto, substancialmente, pela conta "debêntures". Este saldo foi listado na Recuperação Judicial pela Recuperanda.

[1] Debêntures

Em setembro de 2019 as debêntures foram reclassificadas para o passivo circulante, após a decisão em AGD de vencimento antecipado das mesmas.

A dívida líquida da Companhia no mês de setembro somava R\$1,4 bilhão, aumentando 3% em relação ao final do trimestre anterior.

Dívida líquida



Fonte: informações contábeis auditadas e gerenciais





A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 315.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

©2020 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados